



CARTA DAS MULHERES PARA COP 30

Apresentação

A **Carta das Mulheres para a COP 30** nasce como um documento estratégico e de incidência política, resultado de processo de construção coletiva. O movimento que lhe deu origem ganhou força a partir do evento Bancada Feminina na COP 30, realizado em Brasília nos dias 7 e 8 de outubro de 2024, que reuniu parlamentares, ministras, gestoras públicas, lideranças da sociedade civil, organizações feministas e movimentos de base de todo o país.

A partir desse encontro, consolidou-se uma mobilização nacional em torno da urgência de garantir que as mulheres — especialmente as que vivem e atuam nos territórios — estejam no centro das decisões e soluções sobre a crise climática.

A Carta foi elaborada de forma colaborativa, suprapartidária e interseccional, reunindo contribuições de organizações, redes e movimentos sociais de todas as regiões do Brasil, na perspectiva das mulheres que defendem os biomas, constroem economias sustentáveis, educam para o futuro e sustentam, com seu trabalho e saberes, a vida e a democracia, sob a coordenação do Grupo Mulheres do Brasil, conjuntamente com a Quero Você Eleita, AzMina, Elas no Poder, Elas Pedem Vista, Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público, Instituto Global ESG, Rede Governança Brasil, e Grupo Ser Educacional.

As propostas estão organizadas em sete diferentes eixos: 1) biomas e territórios; 2) economia verde e inovação; 3) financiamento climático com perspectiva de gênero; 4) construção de redes femininas e participação plena nas decisões climáticas; 5) educação para resiliência climática e comunicação; 6) justiça climática e direitos humanos: agentes mulheres, paz e segurança; 7) monitoramento, dados e transparência.

Eixo 1: Biomas e Territórios

Necessidade de ações integradas de proteção, regeneração e governança socioambiental nos biomas brasileiros. As propostas indicam ações nos níveis municipais, estaduais e em âmbito federal.

Propostas para a Proteção, Restauração e Manutenção dos Biomas Brasileiros





1. Garantir direitos territoriais e **segurança jurídica** com demarcação e titulação de terras indígenas, quilombolas e tradicionais, assegurando reparação socioambiental, combate à grilagem e à mineração ilegal.
2. Fortalecer políticas de proteção às defensoras ambientais, com protocolos de segurança física, digital e jurídica, apoio psicossocial e canais de denúncia.
3. Reconhecer e integrar saberes tradicionais femininos — agrofloresta, sementes crioulas, plantas medicinais, manejo sustentável — como tecnologias de adaptação climática e base de políticas públicas.
4. Criar o Fundo “Mulheres Guardiãs dos Biomas” e ampliar mecanismos de pagamento por serviços ambientais que reconheçam e remunerem o trabalho das mulheres na preservação.
5. Garantir participação plena e paritária das mulheres na gestão dos biomas e na formulação de planos de adaptação climática regionais.
6. Assegurar a consulta livre, prévia e informada às mulheres de comunidades tradicionais em projetos que afetem seus territórios, conforme a Convenção 169 da OIT.
7. Reconhecer os ecossistemas marinhos e costeiros como biomas estratégicos, com protagonismo das mulheres aquaviárias e costeiras na economia azul e na preservação marinha.

Eixo 2: Economia Verde e Inovação

A economia verde precisa incorporar as vozes e experiências das mulheres — especialmente as negras, indígenas, quilombolas e periféricas, impactadas com maior intensidade pelos efeitos da crise climática, além de sustentarem, com seu trabalho e saberes, a vida cotidiana. A transição para uma economia de baixo carbono não é apenas técnica; é ética e civilizatória.

Propostas

1. Fomentar o empreendedorismo feminino verde, apoiando negócios sustentáveis liderados por mulheres em bioeconomia, reciclagem, turismo comunitário, energia limpa e economia circular.





2. Criar linhas de crédito verde e microfinanças femininas, com juros reduzidos, garantias flexíveis e assistência técnica.
3. Instituir o Selo Mulher e Clima e integrar critérios de gênero em políticas de compras públicas sustentáveis.
4. Criar Hubs e Laboratórios de Inovação Climática liderados por mulheres, conectando universidades, cooperativas e comunidades.
5. Reconhecer e remunerar o trabalho invisibilizado das mulheres na economia do cuidado e nas cadeias produtivas sustentáveis.
6. Fortalecer capacitações técnicas e profissionais para mulheres e jovens em setores da economia verde, com prioridade para territórios vulneráveis.
7. Garantir políticas fiscais e de incentivos verdes com recorte de gênero, assegurando redistribuição econômica e redução das desigualdades.

Eixo 3: Financiamento Climático com Perspectiva de Gênero

Garantir que mulheres — especialmente negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas, com deficiência e de comunidades tradicionais — tenham acesso direto, simplificado e equitativo aos recursos climáticos é condição essencial para fortalecer soluções locais, promover inovação social e assegurar que a ação climática esteja enraizada na justiça e nos direitos humanos. Segundo a ONU Mulheres e a OCDE (2024), apenas 0,01% do financiamento climático global tem foco explícito em gênero, evidenciando a urgência de incorporar critérios de equidade e interseccionalidade em toda a arquitetura financeira climática.

Propostas

1. Adotar critérios obrigatórios de gênero e interseccionalidade em todos os mecanismos de financiamento climático.
2. Garantir que os fundos climáticos destinem, pelo menos, 20% dos recursos a iniciativas lideradas por mulheres e comunidades tradicionais.
3. Simplificar o acesso aos editais e fundos, com assistência técnica e processos desburocratizados.
4. Criar o Fundo Nacional de Equidade Climática e Gênero, para financiar ações de mitigação, adaptação e inovação comunitária.





5. Garantir paridade de gênero e diversidade nos conselhos gestores de fundos e programas de financiamento.
6. Fortalecer a autonomia econômica das mulheres, com programas de capacitação financeira e mentoria em gestão de projetos climáticos.
7. Incorporar cláusulas de justiça de gênero e racial em instrumentos fiscais e orçamentários, vinculando gastos públicos à equidade e à sustentabilidade.

Eixo 4: Construção de Redes Femininas e participação plena nas decisões climáticas

Fortalecer as redes femininas e garantir a participação plena, efetiva e diversa das mulheres é condição indispensável para uma transição ecológica justa e democrática. As redes são instrumentos de incidência política, solidariedade e construção coletiva — conectando mulheres de diferentes territórios, identidades e gerações em torno de uma agenda de justiça climática com recorte de gênero, raça e território.

Propostas

1. Ampliar e fortalecer redes femininas de justiça climática, conectando lideranças de diferentes biomas e territórios.
2. Garantir apoio técnico e financeiro contínuo às redes e aos coletivos de mulheres, assegurando sua sustentabilidade e autonomia.
3. Implementar programas de formação e mentoria em governança climática, liderança e negociação internacional, priorizando mulheres jovens e de territórios vulneráveis.
4. Criar a Rede Nacional de Mulheres pelo Clima e a Plataforma “Mulheres pelo Clima”, como ferramentas de articulação, visibilidade e monitoramento da participação feminina.
5. Promover a diplomacia climática feminista, garantindo presença qualificada e diversa de mulheres em espaços multilaterais.
6. Integrar as redes femininas à governança formal, com participação deliberativa nos processos de formulação e acompanhamento de políticas públicas ambientais.
7. Cotas de Cadeiras: Implementar cotas de cadeiras femininas para as eleições em todos os níveis, garantindo a representatividade proporcional nos espaços legislativos.
8. Financiamento Partidário: Aumentar o percentual da verba do Fundo Partidário destinado às mulheres para, pelo menos, 15% e assegurar autonomia na gestão desse recurso, conferindo às lideranças femininas a “caneta na mão” sobre sua aplicação.





9. Pré-Campanha e Flexibilidade: Regular o uso do dinheiro da pré-campanha para permitir a promoção pessoal e a construção do perfil das lideranças e ampliar a possibilidade do uso dos recursos das mulheres, que hoje se encontra excessivamente engessada.
10. Cargos de Direção: Garantir que as mulheres ocupem, no mínimo, 30% dos cargos de direção e executiva nacional nos partidos políticos.
11. Monitoramento e Eficiência: Realizar um levantamento estruturado sobre o trabalho realizado pelos partidos e promover uma pesquisa de qualidade, com o apoio de órgãos de controle (como o TCU) e da iniciativa privada, para apurar a eficiência e o impacto do uso dessas verbas das mulheres. Utilizar ferramentas de última geração de análise de dados e inteligência artificial para sugerir ações e metas para o uso desses recursos.
12. Ações Transversais: Exigir a implementação de políticas públicas transversais para a mudança da realidade atual, com planejamento estratégico, cronograma definido e implementação rigorosa.

Eixo 5: Educação para resiliência climática e comunicação

A educação climática é uma ferramenta essencial para a transformação social e ambiental, capaz de formar consciências críticas e fortalecer comunidades diante dos impactos da crise climática. Ampliar o acesso à educação climática significa garantir o direito ao conhecimento, à participação e à cidadania ecológica, transformando a comunicação em uma aliada estratégica da ação climática e da democracia ambiental.

Propostas

1. Incluir a educação climática com perspectiva de gênero nos currículos escolares, técnicos e universitários.
2. Valorizar a educação comunitária e intercultural, integrando saberes locais e científicos em escolas e centros de formação.
3. Criar programas de capacitação e mentoria climática para mulheres, com foco em adaptação, mitigação e políticas públicas ambientais.
4. Fomentar pesquisas e bolsas de estudo lideradas por mulheres sobre resiliência e inovação sustentável.





5. Desenvolver campanhas de comunicação climática acessíveis e inclusivas, dando visibilidade às ações e histórias das mulheres nos territórios.
6. Promover a cultura e a arte como instrumentos de educação climática, fortalecendo a relação entre cidadania e meio ambiente.

Eixo 6: Justiça Climática e Direitos Humanos:

Agenda Mulheres, Paz e Segurança

As mulheres estão na linha de frente da defesa dos territórios, no enfrentamento a desastres climáticos, da água e da vida, enfrentando ameaças, criminalização e exclusão dos processos de decisão. Integrar a perspectiva de gênero E RACIAL nos direitos humanos para a elaboração de políticas públicas e jurídicas climáticas é fundamental para garantir uma transição justa, segura e baseada na dignidade humana, onde justiça climática e justiça social caminhem juntas.

Propostas

1. Implementar políticas de proteção integral às defensoras ambientais, fortalecendo o PPDDH e criando observatórios de monitoramento de violências.
2. Integrar a Resolução 1325 da ONU (Mulheres, Paz e Segurança) às políticas climáticas nacionais e locais.
3. Assegurar acesso universal à água, saneamento e energia limpa como pilares da justiça climática e da saúde ambiental.
4. Incluir saúde sexual, reprodutiva e materna nos planos de adaptação climática e resposta a emergências.
5. Valorizar o cuidado como prática de paz e resiliência, articulando políticas de enfrentamento às violências e reconstrução comunitária.
6. Prevenir a violência contra meninas e mulheres, criando “formulários de riscos climáticos” visando a precaução, elaboração de estratégias, a implementação de políticas públicas para o combate à violência.

Eixo 7: Monitoramento, Dados e Transparência

O Eixo 7 — *Monitoramento, Dados e Transparência* — nasceu do reconhecimento de que sem dados não há diagnóstico, sem transparência, não há confiança e sem participação,





não há justiça climática. Em um momento em que a humanidade disputa narrativas e evidências sobre o futuro do planeta, o Brasil precisa ser exemplo de governança climática baseada em dados públicos, confiáveis e inclusivos, onde as mulheres — especialmente indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas — não sejam invisibilizadas nas estatísticas nem nas decisões.

A COP 30, sediada em Belém, representa uma oportunidade histórica para transformar a informação em poder coletivo. A agenda de transparência climática é também uma agenda de equidade e democracia, pois garantir que os dados contem todas as histórias é garantir que todas as vozes sejam ouvidas.

Propostas

- Criar o Observatório Nacional de Dados Climáticos com Perspectiva de Gênero e Interseccionalidade, integrando ciência, saberes tradicionais e dados abertos.
- Estruturar observatórios locais e comunitários de justiça climática, com protagonismo feminino, indígena e quilombola, que estejam integrados para gerar dados comparativos
- Desenvolver painéis públicos e ferramentas acessíveis para acompanhamento de metas e recursos climáticos.
- Instituir auditorias sociais e mecanismos de prestação de contas participativa, garantindo transparência e controle social.

Com as propostas nos diferentes eixos citados acima, a sociedade civil brasileira reafirma seu compromisso com a agenda climática justa, democrática e na perspectiva das mulheres.

As mulheres e meninas do Brasil — indígenas, negras, quilombolas, ribeirinhas, periféricas, ciganas, camponesas, LBTQIAPN+, de comunidades tradicionais, rurais e urbanas — não pedem concessões, mas exigem participação, reconhecimento e reparação.

A COP 30, ao ser realizada na Amazônia, carrega o símbolo de um novo pacto entre humanidade e natureza. Que esta carta seja um instrumento de mobilização, escuta e compromisso global





Realização da carta

Grupo Mulheres do Brasil - coordenação

Quero Você Eleita

Instituto AzMina

Elas Pedem Vista

Elas No Poder

Rede Governança Brasil

Grupo Ser Educacional

Instituto Global ESG

Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público.

Contribuíram na construção coletiva desta carta:

A&C2 Desenvolvimento Sustentável

Agro Indígena Nacional e internacional

Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas

AMEPICSP (Associação Mulher Empresária do Estado de São Paulo)

Amicíssima Italia-Brasile

Amut

Asflora

Associação Comunitária Aldeia Guaruhu

Associação JUCA- juntando os cacos com arte

Associação JUCA: juntando os cacos com arte

Ativista Dani Veiga





AV Comunicação Estratégica

Bancada Feminina COP30

Cartório do 3. Registro de imóveis de Belém

Casa de apoio a Vida CAV

CMA OAB PB

CMA OAB-MA

Coletivo Rua Solidária RJ

Comissão da Mulher Advogada da OAB- AC

COMISSÃO DA MULHER ADVOGADA DA OAB/PI

Comissão da Mulher Advogada Seccional OAB/RN

Comissão das Mulheres Advogadas da Subseção de Campo Largo/Paraná

Comissão das Mulheres Advogadas OAB/MG

Comissão das Mulheres e Advogadas OAB

Comissão de Desenvolvimento Sustentável da OAB-MA

Comissão de Mulheres e Advogadas da OAB-PA

Comissão Especial de Saneamento da OAB Nacional

Comissão Estadual da Mulher Advogada da OAB-CE

CONGRESSO DE DIREITO INTERNACIONAL E INTER-REGIONAL AMBIENTAL

Conselho Estadual da Condição Feminina-CECF

ÉDEN INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Elas no Orçamento

Elo Mulheres em Rede

EMBRAPA





FIEMT

Grupo Mulheres Aquaviárias

Grupo Mulheres do Brasil Núcleo Recife

Indômitas Coletiva Feminista

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Instituto EDEN

Instituto Gotas de Amor

Instituto Jacir Epiphany Soares

Instituto Reciclando o Futuro

Interação Mulher

Lumine

Movimento Social Humanitário

Mulheres extraordinárias do estado de São Paulo

Mulheres RIG

NEOS / UFMG

Núcleo de Direito Tributário da FGV Direito SP

Núcleo de Prática Tributária da Universidade Federal do Pará

O Mundo Diplomático

OAB

OAB - COMISSÃO NACIONAL DA MULHER ADVOGADA

OAB Águas Claras

OAB-MA

Ocean





One Integrative Health

Ordem dos Advogados do Brasil - Goiás

PLIP Movimento Mais Mulheres Na Política

Presidente da Comissão Estadual das Mulheres Advogadas da OAB-PR

Procuradoria-Geral do Município de Contagem (MG)

Projeto Aréolas com Amor

Projeto Transforme-se

Por Mulheres Brasil

Raízes do Campo Mulheres

Raízes do mangue

Rede de Mulheres da Periferia do Maranhão

Rede mães do mangues das reservas marinhas do litoral do Pará.

Sebrae Nacional

Trata Brasil

UNIÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL UPOB

Uvesp

Virada Feminina

Virada Feminina de Mato Grosso

ADESÕES

Amicíssima Italia-Brasile

Elas Movimentam

Rede de Estudos Jurídicos e Femininos



BANCADA FEMININA
NA
COP30



QUERO VOCE ELEITA



elas
no
poder.



RGCS - Rede de Governança Climática e Sustentabilidade



CORREIO
BRAZILIENSE

Sistema
FIBRA
SESI / SENAI / IEL

